

DOI: <http://dx.doi.org/10.19177/rcc.12012017139-148>

## O CORTIÇO E A REGULAÇÃO CIENTÍFICA SOBRE A MULHER: DIÁLOGOS ENTRE A LITERATURA E A HISTÓRIA

Marlon Silveira da Silva\*

Marcio Caetano\*\*

Carlos Henrique Lucas Lima\*\*\*

**Resumo:** Ao estabelecermos um diálogo entre História e Literatura, referenciados na perspectiva foucaultiana, temos como objetivo refletir acerca da produção científica brasileira sobre as mulheres na transição do século XIX para o XX, a partir da obra *O Cortiço*, do escritor naturalista Aluísio Azevedo. Nessa publicação, as personagens de mulheres, ao se aproximarem das identidades marginais, contrapõem o modelo de feminilidade estabelecido pelo rígido código moral legitimado pela ciência. Objetivamos demonstrar, por meio da análise das personagens femininas em cotejo com os saberes científicos da época, que a normalidade é um instituto normativo discursivamente forjado.

**Palavras-chave:** Naturalismo. Ciência. Cidadania.

### 1 INTRODUÇÃO

A partir da obra *O Cortiço*, do escritor naturalista Aluísio Azevedo, o presente trabalho tem por objetivo refletir acerca da produção científica brasileira sobre as mulheres na transição do século XIX para o XX. Para esse intento, nos apoiamos nos estudos foucaultianos e nas análises metodológicas que aproximam os campos da História e da Literatura.

Muito embora a discussão entre as possíveis fragilidades oriundas das análises entre História e Literatura seja de longa data, a partir das contribuições de diferentes teóricos, a exemplo de Leenhardt e Pesavento (1998), compreendemos ser possível a aproximação desde que entendidas as especificidades dos saberes.

Segundo Sevcenko (1999, p. 20), a literatura é “um produto do desejo, seu compromisso maior é com a fantasia do que com a realidade. Preocupa-se com aquilo que poderia ou deveria ser a ordem das coisas, mais do que com o seu estado real”. Ou seja, a literatura, antes de mais nada, deve ser compreendida em seu caráter ficcional, podendo utilizar-se de elementos da realidade (social, cultural, política, econômica etc.) ou não para a sua elaboração. Apesar dessa singularidade característica da obra literária, Antonio

---

\* Mestre em educação pela FURG e membro do Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidades, Currículos e Culturas. E-mail: marlon\_ltb@hotmai.com.

\*\* Doutor em Educação pela UFF, docente na FURG e líder do Nós do Sul: Laboratório de Estudos e Pesquisas sobre Identidades, Currículos e Culturas. E-mail: mrvcaetano@gmail.com.

\*\*\* Doutor em Cultura e Sociedade (UFBA), docente na Universidade do Oeste da Bahia (UFOB) e líder do Grupo de Pesquisa *Corpus* Possíveis – Educação, Cultura e Diferenças. E-mail: prof.chlucaslima@gmail.com.

Candido chama a atenção para a possibilidade de utilização da Literatura como um instrumento de conhecimento crítico. Ele afirma:

Hoje sabemos que a integridade da obra não permite adotar nenhuma dessas visões dissociadas; [...] Sabemos, ainda, que o externo (no caso, o social) importa, não como causa, nem como significado, mas como elemento que desempenha um certo papel na constituição da estrutura, tornando-se portanto, interno (CANDIDO, 2000, p. 4).

Ao refutarmos as teorias que defendem a necessidade de um distanciamento entre História e Literatura, apoiamo-nos na ideia da necessidade de construção de uma metodologia própria, em que a Literatura apresente-se não apenas como mais uma ferramenta útil de (re) construção do passado, uma *ferramenta no pior sentido utilitário do termo*, mas como texto que *produz sentidos e funda entendimentos da “realidade”*.

Utilizando como lente os estudos produzidos por Foucault para percorrer nosso objetivo, foram eleitos alguns conceitos à reflexão, a exemplo de *governamento e relações de poder* (FOUCAULT, 1987; 1999) por estarem intimamente relacionados entre si e corresponderem às diferentes tecnologias utilizadas em distintos tempos e espaços visando à regulação e ao controle dos indivíduos. Suas pesquisas em torno das diferentes instituições que serviram para regular e disciplinar os corpos, como a igreja, o manicômio, a prisão, a escola, nos ajudam a entender as estratégias e tecnologias de poder utilizadas nesses espaços.

Pensar a elaboração dos referenciais femininos presentes na obra de Aluísio Azevedo exige, antes, que nos voltemos para os dispositivos científicos utilizados para regular as identidades marginais<sup>1</sup>, a exemplo da sexualidade. Para Foucault, os dispositivos são

[...] discursos, instituições, organizações arquitetônicas, decisões regulamentares, leis, medidas administrativas, enunciados científicos, proposições filosóficas, morais, filantrópicas. Em suma, o dito e o não dito são os elementos do dispositivo. O dispositivo é a rede que se pode estabelecer entre estes elementos com vista a ensinar o corpo (FOUCAULT, 1999, p. 144).

A sexualidade é entendida como um dispositivo histórico, atravessado e alimentado por estratégias de saber-poder, que atua basicamente sobre os corpos. Dessa forma, parece nítido o elo entre poder e o saber, o que nos leva a refletir sobre o conceito de *governamento*. Ao se voltar para a História da loucura e do crime, Foucault (1999) teve como objetivo demonstrar como, através da exclusão, se constitui indiretamente o outro, ou seja, o saudável, normal: a heterossexualidade. Nesse cenário, a noção de poder ganha outro desdobramento, quer dizer, passa a ser pensada pela ótica da racionalidade política por meio da introdução do conceito de governo. A disciplina e o biopoder figuram entre as diferentes configurações de poder apresentadas por Foucault. Enquanto o poder

---

<sup>1</sup> Identidades que se distanciam dos padrões vigentes das normalidades. No caso específico da análise aqui empreendida, pensamos, em especial, dos referenciais normativos vigentes quando da passagem do século XIX para o XX.

disciplinar exerce papel fundamental sobre o corpo, o biopoder se dirige ao controle da população.

Considerando as inspirações teórico-metodológicas proporcionadas por Michel Foucault e diante da potência da literatura, apresentamos algumas reflexões possíveis a partir da obra *O Cortiço* sobre os mecanismos de produção da (a)normalidade feminina.

## 2 EUGENIA E HIGIENISMO: DESAFIOS DA REPÚBLICA

A negra, imóvel, cercada de escamas e tripas de peixe, com uma das mãos espalmada no chão e com a outra segurando a faca de cozinha, olhou aterrada para eles, sem pestanejar. Os policiais, vendo que ela se não despachava, desembainharam os sabres. Bertoleza então, erguendo-se com ímpeto de anta bravía, recuou de um salto e, antes que alguém conseguisse alcançá-la, já de um só golpe certo e fundo rasgara o ventre de lado a lado. E depois embarcou para a frente, rugindo e esfocinhando moribunda numa lameira de sangue (AZEVEDO, 1981, p. 162).

No romance publicado em 1890, Aluísio Azevedo nos convida a viajar nas transformações pelas quais passava a sociedade brasileira ao final do século XIX nos grandes centros urbanos, a exemplo da cidade do Rio de Janeiro. Para entendermos esse processo é necessário localizarmos o Brasil em um cenário de transformações internacionais iniciadas na Europa que lançou as bases para os sistemas econômico-políticos de cunho liberal-capitalista, que se refletiu em grande parte do mundo ocidental.

A adequação do Brasil à nova estrutura imposta pelo capitalismo foi sentida em transformações como a substituição da mão de obra escrava negra pela assalariada com a abolição da escravidão (1888) e a Proclamação da República (1889), o que levou o país a vivenciar mudanças políticas, sociais, econômicas e culturais que impulsionaram o êxodo rural e o crescimento populacional de grandes centros urbanos.

O cenário escolhido para o romance de Aluísio Azevedo e que dá nome à obra, um cortiço carioca, refere-se às habitações coletivas que faziam parte da paisagem das grandes cidades no final do século XIX para abrigar a mão de obra assalariada da crescente industrialização brasileira. Nestes locais de habitações modestas, a falta de saneamento básico e as condições precárias os levavam a ser foco de epidemias (COSTA, 1989).

Através de uma linguagem crua, porquanto uma obra naturalista, em *O Cortiço*, Azevedo aborda temas relacionados ao cotidiano das moradias populares no Rio de Janeiro. Os excessos entendidos como pertencentes às camadas populares chamavam a atenção das classes economicamente dominantes que moravam nas proximidades, passando a incomodar e serem alvos de frequentes críticas. Na referida obra, a personagem *Miranda* nos é um bom exemplo disso. Tendo sido a estalagem *São Romão* (nome dado pelo proprietário *João Romão* ao cortiço) erguida ao lado de sua imponente residência, o comerciante português frequentemente praguejava de sua janela que dava para o pátio do cortiço: “— Vão gritar para o inferno, com um milhão de raios! Berrou ele, ameaçando para baixo. Isto também já é demais! Se não se calam, vou daqui direto chamar a polícia!” (AZEVEDO, 1981, p. 83).

As confraternizações que tanto incomodavam *Miranda* ocorriam com frequência no cortiço, regadas à música, dança e bebidas alcoólicas, o que parecia deixar os “excessos” ainda mais evidentes. Entretanto, não significa que as festas promovidas pelos moradores dos cortiços não conviviam com o medo e o mais recorrente estava relacionado aos “morcegos”<sup>2</sup>, devido à forma dura com que reprimiam os moradores.

A polícia era o grande terror daquela gente, porque, sempre que penetrava em qualquer estalagem, havia grande estropício; à capa de evitar e punir o jogo e a bebedeira, os urbanos invadiam os quartos, quebravam o que lá estava, punham tudo em polvorosa. (AZEVEDO, 1981, p. 84).

Além das invasões policiais aos cortiços, seus moradores eram frequentemente impedidos de frequentar os espaços públicos, a exemplo das praças. Nesse sentido, chamamos a atenção para a existência de algumas figuras marginalizadas no período, como os capoeiristas. Na obra, a figura é representada por *Firmo*, descrito como: “[...] o atual amante de Rita Baiana, era um mulato pachola, delgado de corpo e ágil como um cabrito [...] todo ele se quebrando nos seus movimentos de capoeira”. (AZEVEDO, 1981, p. 80).

Embora nessa produção de Aluísio Azevedo não seja possível apontar uma personagem principal, pode-se dizer que suas personagens coadjuvantes alimentavam e dão vida ao romance, e que o próprio cenário, o *Cortiço*, é que seria a personagem central. O ambiente em que se desenvolve a narrativa é descrito como “sujo”, “podre” e cheio de “desvios morais”. Com frequência, Aluísio Azevedo compara os moradores do cortiço a animais:

E naquela terra encharcada e fumegante, naquela umidade quente e lodosa, começou a minhocar, a esfervilhar, a crescer, um mundo, uma coisa viva, uma geração, que parecia brotar espontânea, ali mesmo, daquele lameiro, e multiplicar-se como larvas no esterco (AZEVEDO, 1981, p. 80).

Ao trazer *O Cortiço* para ilustrar a sua pesquisa, Carvalho (1987) se utiliza da expressão usada por Aluísio Azevedo “República do cortiço”, para destacar a autonomia e a condição periférica que esses espaços representavam. A busca por uma identidade nacional após a Proclamação da República (1889) que se diferenciava daquela descrita por Azevedo, somada à necessidade de um Brasil consumidor no mercado internacional, livre do atraso, passava pelo esquecimento de seu passado escravista arcaico e colonial.

A fim de romper definitivamente com os laços coloniais e imperiais, o “novo” Brasil Republicano passou a consumir, principalmente da França, hábitos e costumes. Ao “importá-los”, o país passou a ser palco de grandes transformações no tocante à infraestrutura e cotidiano das pessoas na cidade. As reformas desenvolvidas no Rio de Janeiro não contaram apenas com engenheiros e arquitetos, mas também com psiquiatras e sanitaristas, responsáveis pelas medidas de higiene pública.

<sup>2</sup> Apelido pejorativo dado aos policiais.

A importância dos cursos de Direito e Medicina (ao lado das Engenharias) e a autoridade que esses receberam neste momento de reorganização social, nos levam a compreender que não apenas os espaços públicos foram devidamente regulados, mas os corpos e comportamentos das pessoas. Neste cenário, a escola desenvolveu um importante papel na elaboração desses referenciais, tornando-se um dos espaços mais visados pelos cientistas positivistas, higienistas e eugenistas (CAETANO, 2016).

As formas de identificação do anormal, baseadas em características físicas, estavam na base das teorias da eugenia e do higienismo que, dentre outros determinismos, associavam negros e mestiços ao universo da criminalidade vadia e ao alcoolismo (SCHWARCZ, 1993). Para que fossem elaborados saberes que possibilitassem a intervenção sobre os anormais, era necessário estudar, esquadrihar em detalhes os corpos. Nessa direção, foi necessária uma das técnicas que Foucault (1999, p.154) chamou de exame, que:

[...] combina as técnicas de hierarquia que vigia e as da sanção que normaliza. É um controle normalizante, uma vigilância que permite qualificar, classificar e punir. Estabelece-se sobre os indivíduos uma visibilidade através da qual eles são diferenciados e sancionados. É por isso que, em todos os dispositivos da disciplina, o exame é altamente ritualizado.

Através dessa vigilância, e tendo como objetivo a sanção normalizadora sobre os sujeitos, foi elaborado uma série de saberes também voltados para o comportamento sexual considerado anormal. Para Foucault (1987, p.183), “o exame está no centro dos processos que constituem o indivíduo como efeito e objeto de poder, como efeito e objeto de saber”.

A proliferação dos ideais do higienismo e da eugenia não se limitou ao estudo das doenças, das origens da criminalidade e suas prevenções, mas à regulação da higiene moral mediada pela sexualidade. Esse quadro nos lembra Foucault (1999, p.137) quando diz que: “De um pólo a outro da tecnologia do sexo, escalona-se toda uma série de táticas diversas que combinam, em proporções variadas, o objetivo da disciplina do corpo e o da regulação das populações”.

É nessa direção que a regulação das condutas sexuais consideradas inadequadas recebeu maior atenção das diferentes autoridades científicas, muito com intuito de destituí-las das condições de pecado e crime. Mais que isso, passaram a ser vistas como doença, um problema de Estado, e deveriam ser administradas por políticas públicas, segundo preconizavam os saberes médicos e seus periódicos.

No final do século XIX, as questões relacionadas à inversão sexual ganharam maior relevância sob o ponto de vista científico por profissionais interessados “na apuração de suas verdadeiras causas, a fim de que os juristas pudessem modificar os textos das legislações penais, até então baseados em noções empíricas e preconceitos anacrônicos” (RIBEIRO, 1975, p. 84). Nessa perspectiva, diferentes áreas como Medicina, Direito e Educação, trabalharam em uníssono na elaboração e apuração das distintas anomalias físicas ou psicológicas (CAETANO, 2016) facilmente encontradas na obra de Aluísio Azevedo, sobretudo quando se pensa acerca das regulações sobre as mulheres.

### 3 LOUCAS, HISTÉRICAS, PROSTITUTAS E INVERTIDAS

– Sim! Sim! Insistiu Léonie, fechando-a entre os braços, como entre duas colunas; e pondo em contato com o dela todo o seu corpo nu. Pombinha arfava, relutando; mas o atrito daquelas duas grossas pomas irrequietas sobre seu mesquinho peito de donzela impúbere e o rogar vertiginoso daqueles cabelos ásperos e crespos nas estações mais sensitivas da sua feminilidade, acabaram por foguear-lhe a pólvora do sangue, desertando-lhe a razão ao rebate dos sentidos. (AZEVEDO, 1981, p. 151).

A cena narrada acima se refere ao contato sexual ocorrido entre as personagens *Pombinha* e *Léonie*. A primeira, moradora do cortiço, é apresentada como:

A flor do cortiço é descrita no livro como: “[...] Bonita, posto que enfermiça e nervos ao último ponto; loura, muito pálida, com uns modos de menina de boa família. A mãe não lhe permitia lavar nem engomar, mesmo porque o médico a proibira expressamente. (AZEVEDO, 1981, p. 50).

*Pombinha* era filha de dona Isabel que carregava no rosto as marcas deixadas pela vida (na obra, associadas ao suicídio do marido, após a falência dos negócios da família) e que não media esforços para dar uma boa educação para a filha.

Chamando a atenção para o exemplo ideal de comportamento feminino, pode-se dizer que *Pombinha* era o modelo de “boa moça” da época. Porém, sua reputação foi abalada após o primeiro contato físico que teve com *Léonie*, prostituta que se encarregou de seduzir a moça culta e de bons modos. *Pombinha*, após abrir mão da sua vida pacata ao lado do passivo e sem ambição marido *João da Costa*, tornou-se prostituta e passou a viver ao lado de *Léonie*.

O que aparentemente é apenas uma cena de amor (ou prazer), tornou-se algo subversivo, sujo, que deveria ser evitado segundo as lentes da medicina e demais saberes médicos nascentes. O mito da homossexualidade feminina com traços grosseiros foi, de certa forma, abalado, visto que na referida passagem nenhuma das mulheres apresentava esse estereótipo, geralmente associado à mulher com características do universo masculino. Apesar de imperar a ideia de que *Léonie* teria sido a responsável pelo desencaminhamento da afilhada, esta carregava em seu corpo os referenciais de feminilidade: docilidade, passividade, finos e delicados traços, voltada à vida privada e ao cuidado do lar.

O que teria levado duas mulheres a se entregarem uma à outra? Que circunstâncias teriam possibilitado tamanha subversão? Ausências educativas? Ausência da figura masculina e de sua autoridade? A busca pela resposta a essas questões tomou a centralidade nos estudos de profissionais renomados da intelectualidade brasileira na virada do século XIX para o XX. As pesquisas desenvolvidas por expoentes como Afrânio Peixoto (1876-1947) e Arthur Ramos (1903-1949), entre outros, nos fazem refletir sobre o quanto os discursos da educação republicana estavam a serviço do estabelecimento de um referencial de homem e mulher.

A desestabilização causada pela personagem *Pombinha* poderia ser um bom exemplo de estudo para a ciência médica do período. Ela buscava explicações para os

desvios sexuais, tentando regulá-los na medida em que os tentava compreender. Embora a homossexualidade feminina tenha recebido pouca atenção se comparada à masculina, alguns trabalhos surgiram abordando o tema. Baseados em pesquisas europeias, intelectuais brasileiros buscaram identificar as origens da homossexualidade feminina e as possíveis formas de reversão da considerada “inversão” sexual. Na década de 1934, destacam-se *Sexologia Forense* do jurista Afrânio Peixoto, em que abordou questões relacionadas às causas e prevenção da homossexualidade feminina; *O problema médico legal do homossexualismo*, do médico Leonídio Ribeiro e na década de 1950, *Contribuição ao Estudo da Homossexualidade Feminina*, da psiquiatra Iracy Doyle.

*O Cortiço* também nos apresenta uma série de personagens femininas que, certo, nos auxiliam a compreender os lugares e papéis cotidianos vividos pelas mulheres do período. O subtítulo *Loucas, histéricas, prostitutas e invertidas* é uma referência a algumas das marcas que essas mulheres carregavam, porém, não eram as únicas. Conforme se verificará, a construção dessas identidades “marginais” elaborou, também, como contraponto, a figura da mulher saudável, normal, da boa dona de casa, esposa e mãe. Ou seja, ao se instituírem as identidades marginais, a exemplo das invertidas d’*O Cortiço*, instituíam-se, também, as identidades *normais e saudáveis*.

A instalação de tinhas no interior da estalagem atraía muitas mulheres que tiravam seu sustento do ofício de lavadeiras. Chamaremos a atenção para algumas delas e as formas como são apresentadas e descritas na obra, a exemplo de *Machona*, apelido da personagem *Leandra* que, segundo a narrativa, era descrita como “portuguesa feroz, berradora, pulsos cabeludos e grossos, anca de animal do campo” (AZEVEDO, 1981, p. 48). Tudo leva a crer que seu apelido vinha de seus adjetivos que a distanciavam do padrão de sensibilidade ao qual a mulher, desde a primeira metade do século XIX, vinha sendo construída: maternal, sensível, etc.

Nessa direção, a medicalização do corpo feminino no decorrer do século XIX ou, nas palavras de Rohden (2001), a elaboração de uma “ciência da diferença”, através de um olhar sobre as diferenças biológicas entre o homem e a mulher, contribuiu para o fortalecimento da inferioridade física, psicológica e intelectual da mulher. Por meio dessa visão biológica é que se estabeleciam as expectativas sociais e sexuais. A construção histórica e, de certa forma, legitimada pelos discursos científico-religiosos sobre a mulher ao longo dos séculos como incapaz, “justificava” sua dominação pelo poder masculino. Em oposição ao homem racional e forte, a imagem da mulher sensível e emotiva era associada à natureza e à maternidade, o que naturalizava e alimentava o discurso em torno das identidades masculinas e femininas, em que restava ao homem ser ativo, forte e provedor, e à mulher, passiva, mãe e sensível (CAETANO, 2016).

Próxima do ideal de mulher, porém distante do discurso de moralidade, estava *Leocádia*, a qual o autor se refere: “[...] com uma fama terrível de leviana entre as suas vizinhas” (AZEVEDO, 1981, p. 49). Sua fama é comprovada quando, ao ser pega pelo cônjuge com o vizinho, teve seus pertences quebrados e jogados para fora de casa pelo marido *Bruno*. Sem ter aonde ir, foi solidariamente socorrida pela amiga *Rita Baiana*, que deu jeito em lhe arranjar abrigo e trabalho. Com o tempo, a ausência da esposa levava *Bruno* à tristeza profunda, fazendo com que ele a procurasse, prometendo esquecer o ocorrido e segredando-lhe que a amava.

Embora a presença do prazer sexual na mulher já fosse reconhecida por alguns médicos ao final do século XIX, durante muito tempo vigorou a ideia de que a mulher era um ser assexuado e frígido (ENGEL, 2006). Logo, a mulher que buscasse formas de relacionamento sexual fora do casamento sofria o peso das pressões morais e recebia a atenção das lentes da ciência que a classificaria, por esses motivos, como anormal. Caminhando ao lado do discurso de anormalidade baseada na vida sexual das mulheres, a loucura e a histeria emergiram como justificativa para os demais discursos de anormalidade.

Durante o século XIX, os saberes em torno da loucura e da histeria as associavam ao feminino, estabelecendo uma íntima associação entre as perturbações psíquicas e os distúrbios da sexualidade (ENGEL, 2006). Esses desequilíbrios e transtornos também legitimaram intervenções no corpo das mulheres, na perspectiva de prevenção e cura.

Em *O Cortiço*, a exemplo de loucura, temos a personagem *Marciana*, que após descobrir que sua filha de quinze anos (cuja mãe acreditava ainda ser virgem) estava “de barriga” do funcionário da venda, a espanca. Por consequência das atitudes da mãe, a filha foge de casa. A atitude da filha levou a velha *Marciana* ao desespero. Transtornada sem saber do paradeiro da única filha, a velha passou a apresentar sinais de insanidade mental, e acabou sendo despejada do cortiço. Sem paradeiro e vagando pelas ruas, foi levada presa. Diagnosticada com desequilíbrio mental, seu destino foi o hospício, falecendo em seguida.

No Brasil, o fortalecimento do saber-poder psiquiátrico iniciado ainda no período imperial foi consolidado no período republicano. O exame da loucura e o tratamento das chamadas “doenças mentais” evidenciavam o comprometimento da psiquiatria com as políticas de controle social dos primeiros anos da República. Seria possível estabelecer o que era normal e anormal em relação às sexualidades humanas? Os cientistas do período não apenas acreditavam nessa possibilidade como também estabeleceram “normas” documentadas atestando a normalidade/anormalidade. Nessa direção, o universo misterioso da sexualidade feminina foi um dos alvos prioritários dessas intervenções.

Nessas pesquisas, as referências ao corpo normal e sadio da mulher se aproximavam da função do seu aparelho reprodutor e das glândulas mamárias, numa tentativa de associar a mulher à natureza, aquela cuja única função era a reprodução (ROCHA, 2009). Nesse discurso de ordem burguesa, a mulher poderia assumir dois papéis: de esposa, responsável pelo lar e educação da prole, ou de *leviana*, ao se opor à ordem “natural”, fosse resistindo ao casamento ou exercendo a prostituição, tornando-se independente financeiramente ou até mesmo apaixonando-se por outra mulher.

A mesma tecnologia que embelezou e modernizou os grandes centros urbanos nas primeiras décadas do século XX, também mudou a rotina de mulheres da elite brasileira que passaram a frequentar diferentes espaços públicos como o cinema, as confeitarias, os cafés e os salões de festas, até então destinados aos homens, redimensionando antigos valores interioranos<sup>3</sup>.

<sup>3</sup> Cabe salientar que os espaços públicos já eram frequentados por mulheres negras e de classes populares, que já atuavam como força de trabalho produtivo ou escravo.

A produção da “boa dona-de-casa” não apenas atingiu e elaborou um estatuto sobre as mulheres que praticavam o meretrício, como também atingiu as *invertidas*. Elas distanciavam-se do modelo de mulher. Com o cenário da obra *O Cortiço* foi possível o entendimento e a compreensão dos fatores que levaram o corpo do homem e da mulher a serem lócus de investigação científica, ou seja, os condicionantes sociais que possibilitaram a emergência dos discursos sustentados pelas diferentes instituições. As diferentes transformações ocorridas nos grandes centros urbanos, e as novas configurações sociais oriundas deste processo, levaram à elaboração de rígidos códigos sociais que deveriam orientar, não somente os espaços públicos, como também a intimidade do lar e a dos indivíduos.

O discurso republicano brasileiro, derivado daquele presente na base dos estados modernos ocidentais, buscou estabelecer os limites corporais dos marginalizados numa tentativa de apagar os traços coloniais e escravistas (frente as demandas políticas e econômicas capitalistas do final do século XIX e início do XX). Essa preocupação levou à elaboração de diferentes discursos científicos que visavam garantir a manutenção do *status quo*. E não apenas discursos científicos, mas também literários, posto que, como percebemos até aqui, a literatura, como discurso *fundador de realidades*, constitui-se como mais um dispositivo a regular o feminino, instaurando, assim, padrões de comportamento.

## CONCLUSÃO

Tentamos mostrar que as mulheres presentes em *O Cortiço* não apenas refletem as percepções históricas do final do século XIX e início do XX, elas dialogam ativamente com as compreensões da feminilidade do período. As personagens da obra de Aluísio Azevedo, ao serem confrontadas com as fontes históricas, muito tinham a nos dizer a respeito da sociedade brasileira.

Com as análises, percebe-se que as personagens carregavam marcas que evidenciavam os seus lugares naquele momento de transição. Ao se contraporem ao modelo de cidadania, as identidades marginais (negro/negra, louco/a, doente, invertido/a), passaram a ser o lócus privilegiado de investigação médico-criminal.

Os discursos da intelectualidade aqui trazidos em diálogo com Aluísio Azevedo nos mostram o quanto residem, em suas intenções, que a população fosse disciplinada através de diferentes tecnologias e dispositivos com propósitos bem definidos. Tais propósitos, correspondiam aos esforços que visavam reforçar a heterossexualidade assimétrica e androcêntrica.

## REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Aluísio. *O cortiço*. Porto Alegre: Movimento, 1981.

CAETANO, Marcio. *Performatividades reguladas: heteronormatividade, narrativas biográficas e educação*. Curitiba: Appris, 2016.

SILVA, Marlon Silveira da; CAETANO, Marcio; LIMA, Carlos Henrique Lucas. *O Cortiço e a regulação científica sobre a mulher: diálogos entre a literatura e a história*. *Crítica Cultural* – Critic, Palhoça, SC, v. 12, n. 1, p. 139-148, jan./jun. 2017.

- CANDIDO, Antônio. *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. São Paulo: Quetzal, 2000.
- CARVALHO, José. *Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a república que não foi*. São Paulo: Cia das Letras, 1987.
- COSTA, Jurandir. *História da psiquiatria no Brasil: um corte ideológico*. Rio de Janeiro, Xenon, 1989.
- \_\_\_\_\_. *História da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.
- DALCASTAGNÈ, Rua. *Da senzala ao cortiço: história e literatura em Aluísio Azevedo e João Ubaldo Ribeiro*. Revista Brasileira de História. São Paulo, v. 21, nº42, p. 483-494. 2001.
- DOYLE, Iracy. *Contribuições ao estudo da homossexualidade feminina*. Rio de Janeiro: Imago, 1956.
- ENGEL, Magali. *Psiquiatria e feminilidade*. In: PRIORE, M. Del (org.). *História das Mulheres no Brasil*. São Paulo: Contexto, 2006, p. 322-361.
- FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 1987.
- \_\_\_\_\_. *História da sexualidade I: a vontade de saber*. Rio de Janeiro, Edições Gral, 1999.
- HOLANDA, Sérgio. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Cia das Letras, 1999.
- LEENHARDT, Jacques.; PESAVENTO, Sandra. J. (Org). *Discurso histórico e narrativa literária*. Campinas: Unicamp, 1998.
- PEIXOTO, Afrânio. *Sexologia forense*. Rio de Janeiro: Guanabara, 1934.
- RAGO, Margareth. *Imagens da prostituição na Belle Époque Paulistana*. *Pagú*. n. 1, 1993. pp. 31-44
- RIBEIRO, Leonídio. *Causas e tratamento da homossexualidade*. In: \_\_\_\_\_. *Memórias de médico legista*. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1975. v.1.
- ROCHA, Heloísa Helena. *Entre a ortopedia e a civilidade: higienismo e educação do corpo no Brasil*. *Historia de la educación*. Ed. Universidade de Salamanca, 2009. p. 109-134.
- SEVCENKO, Nicholas. *Literatura como missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. São Paulo: Brasiliense, 1999.
- SCHWARCZ, Lilia. *O Espetáculo das raças – cientistas, instituições e questão racial no Brasil 1870-1930*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.

Recebido em 22/01/2017. Aprovado em 02/04/2017

**Title:** *O Cortiço and the Scientific Regulation of Women: Dialogue Between Literature and History*

**Authors:** *Marlon Silveira da Silva, Marcio Caetano e Carlos Henrique Lucas Lima*

**Abstract:** *In establishing a dialogue between History and Literature, referenced in the Foucaultian perspective, we aim to reflect on the Brazilian scientific production about women in the transition from the nineteenth century to the twentieth, in O Cortiço, by the naturalist writer Aluísio Azevedo. In this publication, the characters of women, in approaching marginal identities, counterposed the model of femininity established by the rigid moral code legitimized by science. We aim to demonstrate, through the analysis of the female characters in comparison with the scientific knowledge of the time, that normality is a normative institute discursively forged.*

**Keywords:** *Naturalism. Science. Citizenship.*



Este texto está licenciado com uma Licença Creative Commons Atribuição 4.0 Internacional.